



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	
Comarca/Juízo: BREVES – Cartório do 2º Ofício de Breves	
Polo/Região Judiciária: Marajó	
Magistrado(a) corrigente: LÚCIO BARRETO GUERREIRO	
<b>EDITAL DE CORREIÇÃO</b>	
Data da publicação: 23/02/2024	
Data da abertura da correição: 17 de abril de 2024	
Data do encerramento da correição: 17 de abril de 2024	
Observações:	
<b>DADOS GERAIS DA SERVENTIA</b>	
Nome oficial da serventia: <b>2º OFÍCIO DE BREVES</b>	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.678-7	CNPJ: 30.723.453/0001-07
Endereço: Travessa Castilhos França, 355 Centro, Breves/PA.	
Telefone fixo:	Celular.: (91)99152-1213
E-mail: maglm@hotmail.com	Celular Plantão (RCPN): (91)99152-1213
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
(x) Tabelionato de Notas(x ) Tabelionato de Protesto ( ) Registro de Imóveis (x) Registro de Títulos e Documentos	( x ) Registro Civil das Pessoas Naturais ( x ) Registro Civil das Pessoas Jurídicas ( ) Registro de Distribuição



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**IDENTIFICAÇÃO DO(A)**  
**DELEGATÁRIO(A)**

**Nome do(a) Responsável pelo Cartório:** MAGDA LIMA MENDES

Status do(a) responsável: (x) Titular ( ) Interino(a) ( ) Interventor(a)	CPF: 931.275.881-00
Endereço: Av. Rio Branco, n. 460, Centro, Breves/PA	Ato de nomeação: 104/2018-CJRMB/CJCI Data da posse / exercício: 07/06/2018
Telefones: (91) 99210-2899	E-mail: magdalimamendes@gmail.com

**IDENTIFICAÇÃO DO(A)**  
**SUBSTITUTO(A) LEGAL**

( ) Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.

Nome do(a) Substituto(a) Legal: João Carlos Silva de Oliveira

CPF: 010.254.862-50	Portaria de designação: Portaria 002/2023
Endereço: Passagem 30 de novembro, n. 2552, bairro Cidade Nova, Breves/PA	Telefones: (91)99213-5899 E-mail: <a href="mailto:jcarlos-caetano@hotmail.com">jcarlos-caetano@hotmail.com</a>

**1** A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas?  
( x ) Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação.  
( ) Irregular .  
Motivo:

Observações/Providências:

**PREPOSTOS**

( ) Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.

<b>2</b>	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? ( ) SIM (X) NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:

**CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>5</b>	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>7</b>	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? ( ) SIM (x) NÃO  Observações/Providências:
<b>8</b>	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>9</b>	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? ( ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>10</b>	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>11</b>	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>12</b>	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispendo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>13</b>	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>14</b>	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:

**PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E**  
**ATENDIMENTO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>15</b>	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>21</b>	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>23</b>	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>24</b>	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>25</b>	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>26</b>	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>27</b>	Existem práticas viciosas a serem coibidas? ( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b>	
<b>28</b>	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? ( <input type="checkbox"/> ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>29</b>	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>30</b>	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>31</b>	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>32</b>	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>33</b>	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>34</b>	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>35</b>	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>36</b>	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( <input type="checkbox"/> ) NÃO    ( <input type="checkbox"/> ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>37</b>	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? ( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>38</b>	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? ( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>39</b>	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu escritório, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? ( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>40</b>	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) ( ) SIM    ( x ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS</b>	
<b>41</b>	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) ( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>42</b>	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) ( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>43</b>	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). ( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>44</b>	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? ( ) SIM    ( X ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>45</b>	Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>46</b>	Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? ( ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>47</b>	A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>48</b>	A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>49</b>	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) ( ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>50</b>	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>51</b>	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>52</b>	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>	
<b>53</b>	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? ( ) SIM ( ) NÃO ( <input checked="" type="checkbox"/> ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>54</b>	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>55</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>56</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>57</b>	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>58</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>59</b>	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( x) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>60</b>	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>61</b>	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; ( ) SIM ( ) NÃO ( x) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	
<b>62</b>	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) ( x) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>63</b>	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) ( x) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>64</b>	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>65</b>	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>66</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 145, caput) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>67</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>68</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM    ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b>	
<b>69</b>	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? ( ) SIM    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>70</b>	<p>Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe? ( ) classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre) ( ) classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre) ( x ) classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre) OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça</p> <p>Possui rede elétrica devidamente aterrada? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação: autonomia de 120 minutos</p> <p>Link de comunicação de dados megabits:* ( ) 2 Megabits (X) 5 Megabits ( ) 10 Megabits ( ) Mais de 10 Megabits Observação: starlink</p> <p>Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui dispositivo de armazenamento (storage): ( ) inexistente ( x ) físico ( ) virtual Observação:</p> <p>Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)? ( ) SIM (X) NÃO Observação:</p> <p>Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal? ( ) SIM ( X ) NÃO Observação:</p> <p>Possui impressoras e scanners (multifuncionais)? ( x ) SIM ( ) NÃO Quantos? (especificar) 5 impressoras de mesa, 1 impressora multifuncional (scanner), 1 scanner de mesa, 1 impressora térmica (etiquetas) e 1 impressora não fiscal (recibos). Observação:</p> <p>Possui switch para a conexão de equipamentos internos? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui roteador para controlar conexões internas e externas? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui softwares licenciados para uso comercial? ( x ) SIM ( ) NÃO. Especificar Observação:</p> <p>Possui software antivírus e antissequestro? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação: kaspersky</p> <p>Possui firewall? ( x ) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Possui proxy? (x) SIM ( ) NÃO Observação:</p>
-----------	---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b>	
<b>71</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>72</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>73</b>	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? (x) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>74</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? ( ) SIM    (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>75</b>	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? ( ) SIM    (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b>	
<b>76</b>	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) ( x) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>	
<b>78</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE**  
**PESSOAS NATURAIS**

<b>REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS</b>	
<b>1</b>	Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>2</b>	Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>3</b>	São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>5</b>	Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>7</b>	Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração?( X ) SIM            ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>8</b>	É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( X ) SIM            ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>9</b>	É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? ( X ) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO**  
**ESTADO DO PARÁ**

<b>10</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impresso datiloscópico e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico?</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada;</li></ul> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual</li></ul> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia?</p> <p>( X ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo?</p> <p>( x ) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO**  
**ESTADO DO PARÁ**

<b>18</b>	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023- CNJ?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>21</b>	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso deregistros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>23</b>	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC?( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>24</b>	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretariade Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>25</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>26</b>	<p>A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no JustiçaAberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ**

<b>REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	
<b>1</b>	O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73? (X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>2</b>	Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício? (x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>5</b>	São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>6</b>	É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil? (x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>7</b>	Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade? (x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>8</b>	São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>9</b>	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro "D" Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO**  
**ESTADO DO PARÁ**

<b>10</b>	<p>Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados? são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor?</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrares eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A serventia está cumprindo a Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ (obrigatoriedade de adesão à Redesim), disponibilizada para todos os cartórios do Estado do Pará a partir de novembro/2023? * Item inserido para as Correições em 2024 por força de Decisão/Ofício Circular expedida no PJECor nº 0004223-03.2023.2.00.0814</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizada no ano anterior? (</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>TABELIONATO DE NOTAS</b>	
<b>1</b>	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? ( X ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>2</b>	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	Mantém fichário de cartões de autógrafo? ( X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? ( x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>5</b>	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? ( x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>6</b>	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? ( x) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>7</b>	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? ( ) SIM (X) NÃO Observações/Providências:
<b>8</b>	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? ( x ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

<b>9</b>	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>10</b>	A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? ( <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>11</b>	Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>12</b>	Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>13</b>	O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>14</b>	O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ) <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>15</b>	Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>16</b>	O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>17</b>	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023) <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>18</b>	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023) <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁCORREGEDORIA-GERAL**

<b>19</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74?</p> <p>( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>21</b>	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>23</b>	<p>Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ?</p> <p>( x ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>24</b>	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados?</p> <p>(x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>25</b>	<p>Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p style="padding-left: 40px;">Data: 25/05/2021</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>26</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior?</p> <p>( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS**

<b>TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS</b>	
<b>1</b>	<p>Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 9.492/97)?</p> <p>( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

<b>2</b>	<p>Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>3</b>	<p>As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>4</b>	<p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>6</b>	<p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>7</b>	<p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>8</b>	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>9</b>	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>10</b>	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

<b>11</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>O tabelião cumpre o art. 179 do Prov. CNJ n. 149/2023, o qual estabelece que “Não se negará a realização de ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Código”?</p> <p>( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023)</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

<b>19</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov.n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>20</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>21</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>22</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, arts. 257 a 263 do Prov. n. 149/2023) ( <input type="checkbox"/> ) SIM ( <input checked="" type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:
	CENPROT Nacional – foram identificadas dos pedidos de cancelamento, que foram realizado, mas por problemas técnicos não está sendo possível dar baixa no sistema, a serventia já entrou em contato com a Cenprot Nacional para proceder a retirada dessas pendências.
<b>24</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) SIM ( <input type="checkbox"/> ) NÃO  Observações/Providências:

**OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:**

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 2º Ofício de Breves (CSN 06.678-7), ocorreu no dia 17 de abril de 2024.

A serventia encontra-se provida, possui as atribuições de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto e a Sra. Magda Lima Mendes é a Delegatária do serviço.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

Durante os dias úteis, a serventia funciona ininterruptamente das 08:00 às 16:00 horas, com horário de almoço. Aos sábados, domingos e feriados, funcionam em regime de plantão, a fim de atender as demandas de Registro Civil das Pessoas Naturais relativas ao nascimento e óbito, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.935/1994 e art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 6015/1973. Aos sábados fica um preposto no cartório, até às 12:00 horas. Nos outros dias, os prepostos ficam de sobreaviso, sendo disponibilizado o número de telefone celular que possui whatsapp, cujo aviso consta em uma placa localizada na parte externa do prédio.

O Oficial Substituto informou que a serventia possui Livro de Registro de Empregados em formato digital, todavia não foi apresentado em correição. A serventia possui 09 colaboradores e 02 estagiários.

A serventia encontra-se identificada. Na área externa do prédio consta uma placa, informando os serviços prestados, o número de telefone, bem como o horário de funcionamento, inclusive do plantão.

De acordo com o Oficial Substituto, a serventia foi isenta do Alvará do Corpo de Bombeiros, conforme documento anexo.

Observou-se que a serventia não possui um único extintor de incêndio, colocando em risco a vida dos que ali se encontram, eis que não há como combater eventual incêndio face a ausência de material apropriado, podendo, assim, ocasionar um grave sinistro.

Por conseguinte, o Oficial Substituto foi orientado a adquirir pelo menos 02 extintores para serem colocados nas dependências da serventia, em especial próximo ao arquivo, local com grande quantidade de material propício a combustão.

O prédio onde funciona a serventia oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, existe uma rampa de acesso. No espaço destinado ao público para esperar atendimento, são disponibilizadas senhas manuais com chamada eletrônica através de um painel.

No momento da correição, percebeu-se uma grande quantidade de mães com crianças aguardando atendimento para realização de registro de nascimento. Questionado sobre o funcionamento da unidade interligada, o Oficial Substituto respondeu que o hospital municipal estava em reforma, por isso a unidade encontrava-se temporariamente fechada.

O cartaz sobre a gratuidade da emissão da 1ª Via da Certidão de Nascimento e Óbito encontrava-se na parede da serventia, em local de fácil leitura e acesso ao público. A tabela de emolumentos encontrava-se disponível no balcão de atendimento, tendo sido determinado a sua fixação no quadro de avisos da serventia,

O recibo discriminando os emolumentos percebidos são emitidos independentemente de solicitação, a medida que é feito o pagamento em balcão.

A Titular do serviço afirmou já ter suscitado dúvida por meio do PJE.

Em relação à guarda e manutenção dos livros, observou-se a existência de livros muito antigos, em especial oriundos das serventias anexadas, tendo-se constatado a necessidade de armazená-los de forma mais adequada, na posição horizontal, a fim de evitar a piora da condição desses livros.

A serventia faz *backup* diário de seu acervo apenas em HD externo. Foi explicado que em razão da mudança de sistema do ACSIV para o Extradigital, a serventia ainda não tinha contratado *backup* em nuvem.

Em consulta ao Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, constatou-se que a sua escrituração é feita apenas em forma eletrônica e não permite a identificação do ato praticado. O Oficial Substituto foi orientado a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

proceder a escrituração do referido livro, fazendo constar o número do protocolo, livro e folha do ato realizado, de modo a permitir a sua identificação, também foi orientado a providenciar a impressão e encadernação do aludido livro, e fazer a remessa ao Juiz Corregedor Permanente da Comarca para ser visado.

O Livro de Depósito Prévio também escriturado de forma eletrônica.

Foi relatado que após a aquisição do sistema Extrajudicial, os selos de segurança deixaram de ser impressos na última folha dos atos praticados, tendo sido recomendado o retorno dessa rotina.

Verificou-se que a assinatura do Oficial Substituto é bastante grande e passa por cima do QR Code relativo ao Selo Digital, inutilizando-o, tendo sido orientado a evitar tal conduta.

A serventia não envia imediatamente os atos selados após suas conclusões ao sistema de informação do TJPA, mas somente ao final do dia, estando, dessa forma, em desconformidade com o art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão do Extrajudicial, a serventia possui pendências relacionadas a falta de pagamento dos boletos de postecipação e a falta de declaração de 24 selos digitais, o Oficial Substituto afirmou que a questão já estava sendo resolvida junto ao TJPA, mas de qualquer forma o aludido relatório foi remetido via e-mail à serventia para regularização da situação.

A serventia mantém em média estoque de selos para 03 meses.

Durante a correição, foram apresentados os seguintes documentos:

- 1- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;
- 2- Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF da da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;
- 3- Cópia da última GPS (Guia de Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS);
- 4- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT pelo CPF da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;
- 5- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF pelo CEI da da Oficiala Interina e pelo CNPJ da serventia;
- 6- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CNPJ da serventia;
- 7- Comprovante de recolhimento das taxas de fiscalização FRJ e FRC.

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ concernente a implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, o Oficial Substituto foi designado Oficial de Cumprimento.

Foi ressaltado não ter sido lavrada nenhuma escritura envolvendo valores que indique indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas.

O Oficial Substituto afirmou não ter recebido qualquer solicitação do COAF ou do CNJ.

Tendo, ainda, garantido que mantém cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores nos atos notariais protocolares e de registro de conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento 149/2023 – CNJ, mediante sistema informatizado





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. Constatou-se a necessidade de se providenciar com urgência a contratação de backup em nuvem, bem como a aquisição de servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal.

Com relação ao Provimento 149/2023 – CNJ e Provimento n. 10/2021 (Tratamento de Proteção dos Dados Pessoais – LGPD), a serventia contratou a plataforma LGPD da Cori-MG.

O Oficial Substituto foi indicado como Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, porém deve-se providenciar o contato público do Encarregado.

Todos os colaboradores assinaram termo de confidencialidade.

O Oficial Substituto foi orientado a fixar no quadro de avisos a política de privacidade para fácil visualização do público.

A serventia não fornece formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações.

A serventia já se encontra integrada ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP.

Quanto ao serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais, feita a análise, por amostragem, no Livro A222 – Nascimento, no Livro B31 – Casamento e no Livro C33 - Óbito, verificou-se que estes contêm assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento.

Tanto as comunicações enviadas a outras serventias, como as recebidas destas, para efeito de anotação em registro primitivo, são realizadas via Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC.

Os editais de proclamas de casamento são publicadas no e-proclamas, via Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC.

Os colaboradores da serventia são nomeados Juízes de Paz para celebração de casamento.

Feita a análise, por amostragem, no Livro A-212, Livro B-30 e Livro C-32, verificou-se que é observada a territorialidade para a lavratura, respectivamente, dos assentos de nascimento, casamento e óbito.

São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante os termos do art. 2º da Lei Federal n. 8.560/1992, porém não é feito via PJE.

Com relação ao aviso de gratuidade dos serviços, verificou-se que existe um cartaz informando sobre a gratuidade da 1ª Certidão de Registro de Nascimento e Óbito, porém não menciona sobre a gratuidade do registro em si.

Foi relatado que antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza a consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo – DNV, também é realizada busca pelos nomes do genitores.

No caso de registro de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos, a serventia comunica o fato ao Ministério Público.

Com relação à digitalização e integração do acervo aos sistemas CRC e SIRC, foi informado que desde 2018 o acervo está sendo digitalizado, de forma retroativa. No momento da correição, estava sendo concluído o acervo dos Distritos, em razão de estarem em pior estado de conservação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

Como afirmado anteriormente, a serventia possui unidade interligada no hospital da cidade, mas como este estava em obra, a unidade não estava funcionando no momento da correição.

Quanto ao serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídica, verificou-se que o protocolo possui todas as colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei n. 6.015/1973.

Segundo a Oficiala Registradora, o sistema Extradigital não encerra o protocolo diariamente, conforme determina o art. 150, parágrafo único e art. 154, da Lei n. 6.015/1973, porém garantiu já ter entrado em contato com a empresa responsável para fazer tal reparo, até o momento da correição ainda não havia obtido resposta.

Os documentos relacionados aos atos praticados são todos digitalizados e mantidos em arquivo digital.

Com a implementação do sistema Extradigital, todos os livros obrigatórios de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas foram configurados eletronicamente.

A serventia possui livro para escrituração de matrícula das oficinas impressoras, jornais periódicos, empresas de radiodifusão e agência de notícias, porém ainda não realizou nenhum registro dessa espécie.

Em consulta à Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados, constatou-se a existência de algumas pendências, porém a mais antiga datava de 12/04/2024.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia possui todos os livros próprios do serviço. No Livro de Testamento consta apenas um ato lavrado há muitos anos.

A Tabeliã afirmou ter conhecimento da obrigatoriedade de manter em arquivo as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei n. 7.433/1985 e Decreto n. 93.240/1986, apesar de não ter lavrado escrituras públicas dessa espécie.

O fichário de cartões de assinaturas são arquivados tanto de forma digital como física.

Durante a correição, verificou-se que a última escritura lavrada não estava com todas as páginas rubricadas pelas partes e pelo Oficial, razão pela qual foi recomendado ao Tabelião Substituto regularizar imediatamente a situação.

São utilizados livros com parafuso para armazenar as folhas soltas, eis que inexistente na região profissional que faça a encadernação dos livros.

A serventia já está integrada no Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, mas não o utilizam por falta de demanda. Assim como, nunca praticaram atos, com a matrícula notarial eletrônica.

A serventia desconhecia a obrigação de gerar arquivo para fazer *upload* ao Colégio Notarial do Brasil.

São diversas as pendências na Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados – CENSEC, algumas muito antigas, anteriores a 2018. Só no CEP há 360 uploads pendentes.

A Tabeliã tem ciência da obrigação contida nos arts. 7º e 14 do Provimento n. 39/2014 – CNJ, no sentido de efetuar consulta ao banco de dados da Central Nacional de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa, porém ainda não foi lavrada na serventia escritura pública envolvendo bens.

Em correição, foi informado que a serventia não formalizou Escritura Pública de área rural à pessoa física ou jurídica estrangeira, nos últimos 03 meses.

Os casos de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo são comprovados mediante apresentação de certidão do órgão competente.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

Quanto ao serviço de Tabelionato de Protesto, além da cidade de Breves, a serventia também é responsável pela realização de protesto de títulos relativos às cidades de Curalinho, Melgaço e Oeiras do Pará.

Em correição, verificou-se que a atual gestão matém todo o acervo de protesto em sistema. Os livros físicos existentes são todos referentes às gestões anteriores.

Os documentos que instruem os atos praticados são arquivados digitalmente. As intimações são mantidas tanto em arquivo físico como digital.

O Livro Protocolo possui as colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei n. 9.492/1997, sendo encerrado diariamente de forma automática pelo sistema.

A escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal n. 9.492/1997 é feita em sistema, através do CNPJ/CPF, nome, data, protocolo e número do título. Realizada a consulta pelo CNPJ do sacado, o título foi facilmente localizado.

Em breves, as intimações geralmente são pessoais. Em outros municípios, são feitas via *whatsapp* ou por edital.

Em consulta à CENPROT Nacional, foram identificados alguns pedidos de cancelamento, que efetivamente foram atendidos, mas não foi dada a baixa em sistema em razão de problemas técnicos. A serventia já entrou em contato com os responsáveis a fim de sanear tal situação.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:**

- 01.** Digitalizar o Livro de Registro de Empregados e remetê-lo em formato PDV para este Órgão Correcional (item 02). **PRAZO: 10 DIAS.**
- 02.** Adquirir pelo menos 02 extintores de incêndio, para colocar em especial perto do arquivo (item 09). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 03.** Comunicar este Órgão Correcional assim que for retomado o atendimento na unidade interligada (item 15).
- 04.** Fixar no quadro de avisos a Tabela de Emolumentos anexada à Lei Estadual n. 10.257/2023 e publicada no Diário da Justiça (item 21). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 05.** Fixar no quadro de avisos cartazes informando sobre a gratuidade do Registro de Nascimento e Óbito, e não somente sobre a gratuidade da 1ª Certidão dos referidos atos (item 21). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 06.** Armazenar os livros, especialmente, os mais antigos oriundos das serventias anexadas, na posição horizontal (item 29). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 07.** O Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa deverá ser encadernado logo que encerrado, consoante os termos do art. 189 do Provimento n. 149/2023 – CNJ, bem como deverá ser visado anualmente pelo Juiz Corregedor Permanente da Comarca, conforme art. 98, § 1º, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 35). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 08.** Os selos deverão ser inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados, consoante os termos do arts. 149 e 150 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital (item 43). **PRAZO: 15 DIAS.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

**09.** Adequar as assinaturas lavradas nos atos, evitando passar por cima do QR Code (item 44). **PRAZO: IMEDIATO.**

**10.** Passar a enviar imediatamente ao sistema de informação do TJPA os atos selados após suas conclusões, em cumprimento ao disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 46). **PRAZO: IMEDIATO.**

**11.** Regularizar as pendências descritas no Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial (item 47). **PRAZO: 30 DIAS.**

**12.** Providenciar a contratação de *backup* em nuvem, bem como adquirir servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal (item 70). **PRAZO: IMEDIATO.**

**13.** Providenciar e disponibilizar o contato público do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (item 73). **PRAZO: 10 DIAS.**

**14.** Providenciar a publicação da política de privacidade no Quadro de Avisos para fácil visualização do público, inclusive pode disponibilizar QR Code para acesso à página do Cartório (itens 74). **PRAZO: 30 DIAS.**

**15.** Providenciar o formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações (item 75). **PRAZO: 30 DIAS.**

**RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS:**

**01.** Encaminhar ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, via PJE (item 12). **PRAZO: IMEDIATO.**

**02.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, com a finalidade de concluir a digitalização e integração do acervo à CRC e SIRC, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 23). **PRAZO: 60 DIAS.**

**RELATÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS:**

**01.** Diligenciar junto ao Sistema Extrajudicial, a fim de realizar as adequações necessárias no sentido de encerrar diariamente o Livro Protocolo, conforme determina o art. 154 da Lei n. 6.015/1973 (item 03). **PRAZO: IMEDIATO.**

**02.** Regularizar as pendências existentes na CENSEC, para tanto, deverá apresentar Plano de Ação a ser homologado por este Órgão Correcional, devendo fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 18). **PRAZO: 60 DIAS.**

**RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:**

**01.** Passar a rubricar todas as folhas utilizadas do ato, inclusive exigir que as partes também o façam (item 07). **PRAZO: IMEDIATO.**

**02.** Implementar na serventia o Cadastro Único de Clientes do Notariado -CCN, com a exportação dos dados para alimentação do sistema (item 14). **PRAZO: IMEDIATO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**  
**DO PARÁ CORREGEDORIA-GERAL**

**03.** Regularizar as pendências existentes na CENSEC, para tanto, deverá apresentar Plano de Ação a ser homologado por este Órgão Correcional, devendo fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 18). **PRAZO: 60 DIAS.**

**- DOCUMENTOS EM ANEXO:**

Anexo I – Dispensa de Alvará de Funcionamento do Prédio emitido pelo Corpo de Bombeiros.

Anexo II - Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia.

Anexo III - Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia

Anexo IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia.

Anexo V - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia.

Anexo VI - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia.

Anexo VII – Comprovante de Pagamento FRJ – ABRIL/2024.

Anexo VIII – Comprovante de Pagamento FRC – ABRIL/2024.

Anexo IX - Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

**Belém, data da assinatura eletrônica.**

**LUCIO BARRETO**  
**GUERREIRO:8176**

Assinado de forma digital por  
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176  
Dados: 2024.08.23 12:02:04 -03'00'

**LÚCIO BARRETO GUERREIRO**

*Juiz Corregedor da CGJ*

MONICA CRISTINA DE AZEVEDO  
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por MONICA  
CRISTINA DE AZEVEDO HONDA:57778698234  
Dados: 2024.09.04 12:12:50 -03'00'

**MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA**

*Assessora Jurídica da CGJ*